

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, junho de 2016, número 102. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

Valdir e a conjuntura agrária do golpe.

ARTIGO DO MÊS

A questão agrária e a luta pela reforma agrária no Paraguai

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais.

UNIARA/Araraquara – São Paulo, 29 de junho a 02 de julho de 2016.

XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – ENG 2016

“A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia”

UFMA-UEMA/São Luis – Maranhão, 24 a 30 de julho de 2016.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Relatório DATALUTA Brasil 2014.
Autor: Rede DATALUTA.

Com esses dados disponibilizados e sistematizados esperamos que o Relatório Dataluta 2014 contribua para entendimento sobre as raízes da violência no campo, que tenta negar historicamente os sujeitos que compõem a classe camponesa no Brasil e que lutam arduamente para conquistar e/o manter-se no território.

Para baixar:

http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta/brasil_2014.pdf.



Sementes de Angelim.
Produção: Fabíola Melca.

O filme trata a experiência de Retomada Quilombola da terra em curso na comunidade de Angelim, município de Conceição da Barra, Espírito Santo. As imagens mostram como a prática agroecológica torna possível a transição do monocultivo de eucalipto para a produção de alimentos. Para ver: <https://www.youtube.com/watch?v=fvkBZeWpG2E>



PodCast Unesp – Pod Territorial.
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira, Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Revisão: Juliana G. B. Mota, Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.

Coordenação: Janaina F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em www.fct.unesp.br/nera

VALDIR E A CONJUNTURA AGRÁRIA DO GOLPE

Bernardo Maçano Fernandes

Universidade Estadual Paulista - UNESP

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA

Cátedra UNESCO de Educação do Campo e desenvolvimento Territorial

bmf@fct.unesp.br - www2.fct.unesp.br/nera – www.catedra.editoraunesp.com.br

CONJUNTURA AGRÁRIA DO GOLPE

A conjuntura agrária muda segundo a correlação de forças que amplia ou reduz as políticas agrícolas, beneficiando um modelo de desenvolvimento em detrimento de outro. Na história do nosso País, a agricultura capitalista sempre foi beneficiada. Somente nas duas últimas décadas ocorreu a implantação de políticas de desenvolvimento para o campesinato, escassas e limitadas mas, pela primeira vez, aconteceram. Com o golpe contra o governo Dilma, estas políticas estão sendo dizimadas, resultado do fechamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, inclusive com a revogação de políticas públicas em andamento. Esta é a dimensão agrária do golpe. Os intelectuais orgânicos do capitalismo agrário apresentaram os rumos da mudança na conjuntura agrária (Buainain *et al*, 2016, p. B8), que consiste em fomentar os projetos do agronegócio e minimizar ou eliminar os projetos do campesinato. Por exemplo, acabar com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e conseqüentemente eliminar a reforma agrária da pauta política.

Isso significa eliminar uma das possibilidades de recriação da pequena agricultura para poder aumentar a concentração fundiária. É de conhecimento de todos que a luta pela terra, através das ocupações de terra, tem sido a forma mais eficaz de ampliar a participação da agricultura familiar no território brasileiro (Fernandes, 2000; Girardi, 2015). Portanto, esta é uma forma de luta popular permanente, registrada nacionalmente pela Comissão Pastoral da Terra e por diversos grupos de pesquisas de todas as regiões do Brasil que compõem a REDE DATALUTA. Quando o governo e o Poder Judiciário ignoram esta realidade como luta popular e a contextualiza como crime, como por exemplo, usando a Lei 12.850/2013, que diz respeito às organizações criminosas, produz um conjunto de injustiças para defender os interesses dos latifundiários e das corporações do agronegócio. Limitar o acesso à terra aos camponeses tem como único objetivo privilegiar a agricultura capitalista.

Unem-se os interesses econômicos com o poder político em defesa da hegemonia do agronegócio. Mas é essencial recordar que as pessoas que lutam contra esses poderes não são criminosas, são cidadãos, de todo o mundo, que não concordam com o modelo de desenvolvimento denominado de agronegócio, baseado na produção de monocultivos em grande escala, com o uso de agrotóxicos e da transgenia para exportação. Elas defendem um modelo agroecológico com a produção local, de circuitos curtos, sem o uso de venenos para garantir a qualidade da alimentação saudável. Para assegurar a expansão da agricultura camponesa é preciso lutar pela terra, disputar a terra com o agronegócio, com os latifundiários que as agarram com suas unhas e dentes, impedindo o acesso à terra para a maior parte da população.

As ações recentes das mudanças agrárias atingem a todos: mulheres e homens do campo e da cidade. Portanto, transformam as vidas das pessoas, algumas para melhor – a minoria - outras para pior – a maioria - gerando desigualdades e conflitos, porque representam as disputas por distintos modelos de

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

desenvolvimento (agronegócio e campesinato) e – evidentemente – pelos respectivos territórios necessários para a produção: a terra. Estas disputas acontecem em todo o mundo, todavia distintas em cada país e dissimuladas pelos *think tanks* do capitalismo agrário ao impingirem a noção que o agronegócio contém o campesinato, na eterna condição de subalternidade que eles, por meio de eufemismo denominam de “integração”. Para compreender estas disputas e mudanças, geógrafos, sociólogos, economistas, historiadores, antropólogos entre outros cientistas, esforçam-se para construir teorias e métodos para explicar o que acontece com as mudanças conjunturais da questão agrária. São produzidas diferentes interpretações sobre estas disputas organizadas em paradigmas, ou seja, modelos interpretativos da questão agrária e do capitalismo agrário (Fernandes, 2013).

Os defensores do paradigma do capitalismo agrário não toleram os camponeses (aliás, eles têm afirmado que os camponeses não existem, dizendo isso para o camponês que está à sua frente). Imaginem, um intelectual orgânico do agronegócio dizer para um pequeno agricultor: você não existe, não é empreendedor, não é competitivo, não é inovador (para usar os jargões do capitalismo agrário), você precisa desaparecer, porque você é um problema e eu não tenho solução para você, você é uma pedra no meu caminho, tem que ser eliminado. Nós precisamos de grandes empresários e seus latifúndios, porque eles, sim, são o futuro da agricultura. Vocês, “camponeses” são o passado.

Evidentemente, que os intelectuais do capitalismo agrário não usam essas palavras, mas nas entrelinhas é isso que estão dizendo. Em meus estudos, tenho demonstrado que a questão agrária é carregada de conflitualidades (Fernandes, 2008) e não as podemos ignorar se quisermos construir a democracia de nosso País. Aos que resistem, os parlamentares da bancada ruralistas denominam de bandidos. É isso, ser um Sem Terra que não aceita o modelo do agronegócio e luta pela terra, para se recriar como camponês é entendido, pela bancada ruralista, como um criminoso. A injustiça é criada para impedir a criação do pequeno agricultor. Este ato absolutista não é outra coisa senão uma tentativa do latifúndio e do agronegócio de manterem suas hegemonias. Lutamos cotidianamente contra esta postura autoritária.

VALDIR SEM-TERRA, GEÓGRAFO, CAMPONÊS, CIENTISTA

E o que isso tem a ver com o Valdir? Estou me referindo a José Valdir Misnerovicz, liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. É o sujeito, da foto, tomando chimarrão.



Fonte: Facebook/Reprodução

Conheci o Valdir em 1997, quando o entrevistei durante a pesquisa de campo de minha tese de doutorado. Desde então, cultivamos vinte anos de amizade e pude ter a honra de ser seu orientador de Disponível em www.fct.unesp.br/nera

monografia de graduação. Valdir fez a licenciatura e o bacharelado no curso de graduação em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Presidente Prudente, nos anos 2007 – 2011. Ele foi um dos jovens beneficiados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Fez parte da turma Milton Santos, a primeira turma de camponesas e camponeses que se tornaram geógrafas e geógrafos.



O PRONERA é uma das mais importantes políticas públicas educacionais para o campo. Atuando desde a alfabetização de jovens e adultos até a pós-graduação tem promovido o desenvolvimento territorial dos assentamentos de reforma agrária. Jovens do campo e da cidade atuam no ensino, pesquisa e extensão, por meio dos projetos de Residência Agrária, convivendo com as famílias camponesas, qualificando os processos produtivos e, sobretudo, a vida das famílias agricultoras. Ciência, Educação e Desenvolvimento associados para um Brasil do futuro, atendendo a população rural que historicamente esteve excluída dessas condições.

Valdir, como milhares de outros jovens do mundo agrário brasileiro, soube seguir o caminho da qualificação para entender a realidade em que vive. Agora ele não era somente um leitor das obras clássicas do professor José de Souza Martins, dos anos 1980/1990, que muito contribuíram para compreender a questão agrária brasileira, a partir das resistências dos pobres do campo. Ele não era mais um agradecimento na epígrafe de uma dissertação. Não era mais o “ator” objeto de estudo de uma tese. Agora Valdir era o autor. De camponês, lutador, Valdir se fez intelectual e escreveu uma monografia de

bacharelado intitulada “A Criação do Novo Camponês em Movimento nas Lutas pela Terra e Reforma Agrária no Final no Século XX e Início do XXI”, em 2011.



JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ

A Criação do Novo Camponês em Movimento nas Lutas pela Terra e Reforma Agrária no Final no Século XX e Início do XXI

Presidente Prudente
2011

desenvolvimento da agricultura, em que o primeiro resiste contra a hegemonia do segundo. Compreendeu na luta pela terra e na academia que a territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato. Compreendeu que o camponês que ele é, tornou-se um novo sujeito. E ele pode dizer para os

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ



Valdir, além de agricultor tornou-se geógrafo. Quatro anos depois tornou-se mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, orientado pelo professor Manoel Calaça. Aliás, dos estudantes da foto da turma Milton Santos, vários fizeram ou estão na pós-graduação. Valdir é um camponês geógrafo. Sabe lidar com a terra e com o território. Aliás, ele aprendeu que o território se disputa todos os dias, aprendeu que todos nós somos territórios, embora a maior parte das pessoas não tenha a mínima noção do que é isso porque não tem autonomia. Valdir, desde criança aprendeu a pensar por si e assim se fez Sem Terra, organizando milhares de outras e outros iguais a ele. Lutando por uma condição singela: ser ele mesmo. E por ser ele mesmo, está preso.

Está preso porque aprendeu que campesinato e agronegócio são distintos modelos de intelectuais do capitalismo agrário que ele existe, é empreendedor, é competitivo, é inovador, mas que antes de tudo é um camponês que não vai desaparecer, porque não é um problema e ele próprio é a solução.

No dia 31 de maio de 2016, Valdir estava em sala de aula em um dos centros de pesquisa e ensino do MST, no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, na cidade de Veranópolis – RS, quando a Polícia Civil de Goiás articulada com a Polícia do Rio Grande do Sul o prendeu sob a acusação de integrar “uma organização criminosa”. Zumbi foi morto não porque fazia parte de uma organização criminosa, mas porque lutava contra a escravidão.

Antonio Conselheiro foi morto não porque fazia parte de uma organização criminosa, mas porque desafiava o poder dos barões. Contestado representou a mesma resistência camponesa que continua até hoje com o MST, com milhares de militantes como o Valdir. As pessoas que mandaram prender o Valdir sabem que ele não é criminoso, sabem que o MST não é “uma organização criminosa”, mas eles sabem que o MST luta pela terra, pelo trabalho, pela educação, pela saúde, pela moradia, por infraestrutura e mais mil coisas que fazem parte de uma vida digna. Eles querem tudo isso sem se subordinar ao capitalismo. Eles querem ser livres. Portanto, Valdir não é criminoso, não é uma figura do passado, ao contrário, é uma pessoa do futuro, que luta pelo desenvolvimento sustentável, pela inclusão de todas e todos num mundo cada vez menos desigual. Por lutar por tudo isso, Valdir foi enquadrado como criminoso pela Lei 12.850/2013.

A leitora e o leitor deste artigo podem inquirir onde está a injustiça: na Lei ou no Valdir? Mas para responder esta pergunta será preciso tomar uma posição. Se decidir ficar do lado dos ruralistas, a luta pela terra que destrói o latifúndio e desafia o modelo do agronegócio é um perigo, pois ela pode levar à democracia: aí está a injustiça? Se decidir ficar do lado do campesinato, a luta pela terra destrói o latifúndio, desafia o agronegócio e promove a recriação da agricultura familiar e leva a democracia: isto é injustiça? Portanto, não é a justiça que condena o campesinato, mas a injustiça. É por meio da injustiça que os ruralistas e seus governos complacentes mandam prender as pessoas que lutam pela terra. Valdir e outro agricultor, o senhor Luiz Batista Borges, também preso em Goiás por lutarem pela terra, estão presos. Para manter o latifúndio é preciso prender a terra e prender os sem-terra. O controle da terra e das pessoas é a questão. Porque as pessoas são terra e território. E só é possível manter a terra concentrada e as pessoas presas por meio da injustiça.

É por estas razões que Valdir e os outros sem-terra presos são presos políticos. São presos do agronegócio latifundiário. São parte de uma questão agrária em situação de golpe. São os primeiros presos políticos do golpe. Enquadrar os sem-terra na Lei 12.850/2013 é uma demonstração de desespero da elite latifundiária de um governo conservador. É se utilizar da injustiça para condenar os que lutam pela democracia. É por esta razão que diversas entidades têm se manifestado contra estas prisões políticas como por exemplo o manifesto de dezenas de grupos de pesquisa que reproduzo a seguir.

NOTA DE 81 GRUPOS DE PESQUISA CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DO MST E A PRISÃO DE MILITANTES EM GOIÁS

Os membros dos grupos de pesquisa abaixo listados denunciam o processo de criminalização dos movimentos sociais, concretizado na prisão abusiva de José Valdir Misnerovicz, militante da reforma agrária e professor mestre em Geografia enquanto ministrava aulas no dia 31 de maio de 2016, na cidade de Veranópolis/RS. Acusamos ainda a arbitrariedade da prisão do agricultor Sem Terra Luiz Batista Borges, recluso desde o dia 14 de abril de 2016. Estas ações demonstram uma escalada da violência perpetrada pelas forças do Estado para a manutenção do estado golpista, que reprime organizações sociais pacíficas, tentando caracterizá-las como criminosas.

O golpe que estamos vivendo em 2016 no Brasil foi preparado ao longo dos últimos anos buscando criar um consenso que, estimulando um suposto combate à corrupção, visa inviabilizar as forças populares como agentes de pressão sobre o Estado e sua tradicional forma de manutenção da desigualdade social. Contudo, a insatisfação crescente nas ruas frente à escalada conservadora inviabilizou a criação de tal consenso, de modo que as ações golpistas, para tentar se manter no poder, passam a fazer constante uso da repressão aos movimentos sociais organizados.

No estado de Goiás, em especial, a ofensiva das forças de direita é cada vez maior, marcada pela ação repressiva do Estado, com uso acentuado da violência policial, contra as diversas reivindicações

sociais como: a luta dos estudantes de escolas públicas que buscam justamente acabar com a militarização da educação no estado; a tentativa, por parte do Ministério Público de proibir manifestações sobre o impeachment nas universidades e institutos federais no estado; a associação entre a bancada ruralista e o judiciário para o ataque repressivo ao MST, que tem como resultado a perseguição e a prisão de militantes. Ou seja, Goiás é um espaço em que está se testando a eficácia da repressão sobre os movimentos sociais para garantir a lei e a ordem golpista.

Repudiamos as forças golpistas e sua escalada da violência; nos solidarizamos com Valdir Misnerovicz, Luiz Batista e todos os companheiros e companheiras Sem Terra na justa luta popular pela reforma agrária, contra o latifúndio e o agronegócio e em favor da soberania alimentar e emancipação dos povos. Exigimos a libertação imediata dos companheiros e rechaçamos qualquer criminalização dos movimentos populares.

06 de junho de 2016.

Assinam os grupos e núcleos de pesquisa:

- 1. Grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (MPAS) – UnB*
- 2. Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) – UERJ*
- 3. Grupo de Estudos de Pesquisa Sobre América Latina Contemporânea (GEPALC) – UFPB-UFRN-UFS*
- 4. Grupo de Pesquisa Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial – UFRB*
- 5. Núcleo de Estudos sobre as Transformações do Mundo do Trabalho (TMT) – UFSC*
- 6. Grupo de pesquisa Estado, Sociedade, Trabalho e Educação (GPESTE) – Unioeste/Foz do Iguaçu*
- 7. Grupo de pesquisa Educação do Campo: trabalho, contra-hegemonia e emancipação humana – UNEB*
- 8. Grupo de estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgraria) – UERJ*
- 9. Grupo de pesquisa Diversidade e direitos humanos na educação do campo no sudeste do Pará: saberes tradicionais, gênero e agroecologia – IFPA-CRMB*
- 10. Grupo de extensão e pesquisa Agroindústria em assentamentos da reforma agrária no Nordeste – UFS*
- 11. Grupo de Gestão em Políticas Públicas – UFBA*
- 12. Coletivo Terra em Cena: produção teatral e audiovisual na educação do campo – UnB*
- 13. Núcleo de Pesquisas em Comunicação Popular e Comunitária (NCP) – UEL*
- 14. Assessoria Jurídica Universitária Popular (Lutas) – UEL*
- 15. Grupo de Pesquisa em organização e representação do conhecimento e da informação de recursos imagéticos (Oricri) – UEL*
- 16. Grupo de Estudos de Política da América Latina (Gepal) – UEL*
- 17. Grupo de Pesquisa Crítica aos Espetáculos de Rua (Amorada) – IA/Unesp*
- 18. Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Públicas, História, Educação das Relações Raciais e Gênero (GEPHERG) – FE/UnB*
- 19. BICAS - Iniciativa BRICS de Estudos sobre Transformações Agrárias – UNB e UFRGS*
- 20. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) – UNESP*
- 21. Literatura e Modernidade Periférica – IL/UnB*
- 22. Grupo de Estudos sobre o Agro Contemporâneo (GEAC) – UFRRJ*
- 23. Grupo de Pesquisa Dramaturgia e Crítica Teatral – IL/UnB*
- 24. Collectif de Solidarité France Brésil*
- 25. France Amérique Latine (FAL)*
- 26. Grupo de estudos da História Social do Campo (GEHSC) – Unifesp (Guarulhos)*
- 27. Grupo de Pesquisa História, Memória e Patrimônio do Trabalho (HMPT) – Unifesp (Guarulhos)*
- 28. Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC) – UFRJ*
- 29. Núcleo de Estudos e pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF) – UFC*
- 30. Questão Social, Território e Serviço Social – UFJF*
- 31. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (GEPEJA) – Unicamp*
- 32. Observatório Fundiário Goiano (OFUNGO) – UFG*
- 33. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GEPT) – UnB*
- 34. Movimento Sociais, Educação e Diversidade na América Latina – UFPE*
- 35. Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina – UFPE*
- 36. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo (EduCampo) – UFMG*
- 37. Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos – UEL*
- 38. Centro Transdisciplinar de Educação do Campo – UnB*
- 39. Epistemologias Indígenas Contemporâneas – UnB*
- 40. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (TRASSO) – UnB*
- 41. Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS) – Erasmus University/Holanda*
- 42. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPECJU) – UVA*

43. Grupo de Estudos e Pesquisa em Materialismo Histórico-Dialético e Educação (CONSCIÊNCIA) – UnB
44. Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT) – UFU
45. Grupo de Pesquisa Núcleo de Cartografia do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) – UFPA
46. Grupo de Estudos de Políticas Econômicas e Sociais (GEPES)- UFMA
47. Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS) – UFMA
48. Grupo de Pesquisa Práticas Teatrais para o Desenvolvimento de Comunidades – UDESC
49. Núcleo de Estudos Agrários (NEAGRI) – UnB
50. Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) – UNESP/Campus de Marília
51. Grupo de Pesquisa A "desutilidade" da poesia – UFC
52. Grupo de pesquisa Crítica Literária Materialista – UEM
53. Núcleo de estudos de história, literatura e sociedade (NEHLS) – UFSC
54. Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde (Grupo THESE) - UFF- UERJ-EPSJV-Fiocruz
55. Desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo: o campo e a cidade em movimento – USP
56. Laboratório de Movimentos Sociais e Mídia – IUPERJ
57. Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho – UNESP
58. Grupo de Estudos de Política, Lutas Sociais e Ideologias (GEPOLIS) – UFMA
59. Observatório Políticas Públicas e Lutas Sociais – UFMA
60. Núcleo de Estudos da Questão Agrária Brasileira (NEQAB) – UEMA
61. Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER) – UFC
62. Núcleo São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social
63. Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer e Ludicidade (Moçarai) – UFPA
64. Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo Sergipano – UFS
65. Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) – Unicamp
66. Movimentos sociais, diversidade e educação do campo - DCIE/UESC-BA
67. Grupo de Teatro do Oprimido de Montevideo (GTO-Montevideo) – Uruguai
68. Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE) – UFRGS
69. Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) – PUC-SP
70. Cultura escolar, práticas pedagógicas e formação de professores – Unipampa
71. Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (CEDD) – UnB
72. Educação do Campo e organização do trabalho pedagógico – Unemat
73. Grupo História e Literatura Antonio Candido – UFC
74. Grupo de Pesquisas Trabalhadores Livres e Escravos: Diferenças e Identidades – UFC
75. Grupo de Pesquisas Seca, Cultura e Movimentos Sociais – UFC
76. Grupo de pesquisa Geografia Agrária – USP
77. Grupo de pesquisa Linguagens e Representação – Udesc
78. Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis) – Uninove
79. Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS) – Unioeste
80. Grupo de Pesquisa Meio Ambiente: sociedades tradicionais e sociedade hegemônica – PUC/PR
81. Laboratório de Investigação Teatro e Sociedade (LITS) – USP

Mais uma vez, a agricultura e a ciência se unem, agora não é só para criar uma nova tecnologia, mas para defender um agricultor que também é um cientista, para defender os sem-terra presos políticos. Defender lutadores do povo, para que não se repitam as injustiças do passado, como Zumbi, Canudos e Contestado. Para construir um futuro com justiça, não aceitaremos a injustiça. Não aceitaremos sem-terra presos, não aceitaremos operários presos, não aceitaremos estudantes presos, não aceitaremos professores presos. Jamais aceitaremos a prisão porque somos livres. E a liberdade é o nosso território.

REFERÊNCIAS

BUAINAIN, Antônio Márcio; JARDIM, Arnaldo; ALVES, Eliseu; MENDONÇA DE BARROS, José Roberto; NETO, Octaciano; NAVARRO, Zander. **A economia agropecuária brasileira**. O que fazer? O Estado de S. Paulo, 15 de maio de 2016, p. B8.

GIRARDI, Eduardo Paulon (Org.) **Relatório DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – Brasil**. Presidente Prudente: NERA, 2015.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013 (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora da Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: VOZES, 2000.